

Os ecomuseus como elementos estruturantes de espaços culturais e dinamizadores de estratégias de turismo local

Los ecomuseos como elementos que estructuran los espacios culturales y dinamizadores de estrategias de turismo local

Ecomuseums as Elements that Structure Cultural Spaces and Dynamize Local Tourism Strategies

Antônio de Sousa Pedrosa*

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia - Brasil

Resumo

O caráter multidimensional dos Ecomuseus confere-lhes uma dialética particular ao intensificar as relações entre patrimônio, desenvolvimento e sustentabilidade. Essa perspectiva permite aos ecomuseus assumir um papel agregador e dinamizador dos diferentes componentes da realidade regional em que se insere, valorizando a diversidade de recursos e desenvolvendo atividades integradoras desses espaços. Assim, um dos objetivos dos ecomuseus será fazer sobressair a identidade cultural do território. Precisa defender um projeto de desenvolvimento baseado em fatores endógenos mobilizadores das populações locais para a promoção e divulgação dos recursos existentes. Os ecomuseus devem ter um papel importante como promotores turísticos por meio da concepção e promoção de produtos específicos para o espaço em que se desenvolvem, seguindo uma agenda cultural resultante da organização seletiva da oferta turística.

Palavras-chave: valorização patrimonial, ecomuseu, identidade cultural, marketing territorial, turismo cultural.

Resumen

El carácter multidimensional de los Ecomuseos les confiere una dialéctica particular al intensificar las relaciones entre patrimonio, desarrollo y sustentabilidad. Esta perspectiva le permite a los ecomuseos asumir un papel que agrega y dinamiza los diferentes componentes de la realidad regional en el que opera, valorando la diversidad de recursos y desarrollando actividades que integran estos espacios. De esta forma, uno de los objetivos de los ecomuseos será evidenciar la identidad cultural del territorio. Es necesario defender un proyecto de desarrollo basado en factores endógenos que movilicen los pueblos locales para la promoción y divulgación de los recursos existentes. Los ecomuseos deben tener un papel importante como promotores turísticos a través de la concepción y promoción de productos específicos para el espacio en que se desenvuelve, siguiendo una agenda cultural que resulta de la organización selectiva de la oferta turística.

Palabras clave: valoración patrimonial, ecomuseo, identidad cultural, marketing territorial, turismo cultural.

Abstract

Ecomuseums, which are multidimensional by nature, feature a peculiar dialectics since they intensify the relations among heritage, development, and sustainability. This perspective allows ecomuseums to play a role that aggregates and dynamizes the different components of the regional reality in which they operate, by valuing the diversity of resources and developing activities that integrate those spaces. Thus, one of the objectives of ecomuseums is to make evident a territory's cultural identity. It is necessary to defend a development project based on endogenous factors mobilized by local inhabitants in order to promote and disseminate existing resources. Ecomuseums should play an important role as drivers of tourism by designing and promoting specific products for the space where they operate, following a cultural agenda deriving from the selective organization of the tourism offer.

Keywords: valuation of heritage, ecomuseum, cultural identity, territorial marketing, cultural tourism.

RECEBIDO: 18 DE FEVEREIRO DE 2013. ACEITO: 2 DE AGOSTO DE 2013.

Artigo de reflexão que discute o papel dos ecomuseus como dinamizadores do turismo e da integração local, através da promoção e divulgação da identidade cultural e dos recursos próprios das populações locais.

* Endereço postal: Av. João Naves de Ávila, 2121 - Santa Mônica, 38408-100 Uberlândia - MG, Brasil.
Correio eletrônico: aspedros@gmail.com

Nota introdutória: o conceito de ecomuseu

O conceito de ecomuseu abrange a maioria dos propósitos convencionalmente atribuídos aos museus tradicionais, mas pretende ser um elemento ativo no desenvolvimento da região em que se integra assumindo-se como um elemento âncora da estratégia de desenvolvimento integrado e sustentável do território.

Nos ecomuseus a procura das raízes culturais levou à ruptura com os padrões tradicionais do conceito de museu e de museologia (Hein 2000; Mairesse, Maranda e Davies 2007). O desenvolvimento e o amadurecimento dos movimentos voltados para uma chamada cultura popular, concebidos a partir do final do século XIX, ganharam vulto e espaço na área dos museus no século XX e, em termos de museologia, no início da década de setenta do século passado, o que acabou por se apresentar como alternativa às tradições que vinham do século XIX, dos museus de belas artes fixados nas obras-primas e únicas, dos museus enciclopédicos de história natural e dos museus de história, baseados na história factual e oficial (Barbuy 1995b).

Este novo conceito caracteriza-se por ser um espaço aberto, um espaço de povoação, de representatividade da identidade da população e mesmo de ordenamento do território com intenção de definir uma estratégia de desenvolvimento dinâmico da região em que se insere, tendo em atenção os valores culturais do presente, ao mesmo tempo que preserva os do passado, como forma de pensar o futuro nas suas diversas formas de sustentabilidade. Este modo de pensar os ecomuseus leva a que um dos principais objetivos seja a valorização dos seus valores patrimoniais - sejam naturais, arqueológicos, construídos ou culturais— que foram arquitetando ao longo da sua história um espaço profundamente cultural, que possui reflexos visíveis na paisagem, quando entendida como uma paisagem cultural (Pedrosa e Pereira 2012; Pereira e Pedrosa 2007).

Assim um ecomuseu é sustentado pela relação das pessoas com o seu território e destes com os seus visitantes e todos aqueles que procurarem usufruir da sua riqueza paisagística, arquitetônica e cultural, e que não estão obrigatoriamente confinados a um edifício ou a um conjunto de edifícios, nem a horários de visita. A entrada no ecomuseu é aberta e faz-se de uma forma simbólica quando, vindos de outros territórios, se transpõe qualquer uma das estradas que nos introduz no seu espaço.

Nessa perspectiva, deve ser entendido como um museu de um território que pressupõe um forte envolvimento de populações e instituições locais no processo de valorização dos diversos patrimônios, dos recursos naturais endógenos e dos valores culturais identitários da região. Deve assumir-se como um elemento de importância significativa nas estratégias definidas para o desenvolvimento local ou regional potenciando e definindo modelos de sustentabilidade do território (Nora 1984; Rodríguez Becerra 1997; Santos, Maria 1996; Santos 2005).

Nenhum território poderá ser sustentável se a população local não conhecer e reconhecer as potencialidades do local onde reside, assim como se não souber tirar dividendos da valorização desses sítios, quando encarados do ponto de vista patrimonial. Desse modo, entendemos que esta nova visão de museu terá de implicar uma melhoria do modo de vida da população, assim como uma nova forma de encarar o futuro da região que passa de forma indiscutível pelo respeito dos valores culturais e naturais.

A ideia de um ecomuseu para uma determinada região deve resultar da consciência e importância que a população tem do seu território, mas também da preocupação de salvaguardar, avaliar e valorizar o patrimônio, nas suas múltiplas componentes, natural, cultural e socioeconômica, que têm como finalidade contribuir para o desenvolvimento das populações residentes nesse espaço geográfico (Martins 2005; Mattos 2006, 2011). Por isso, o conceito de ecomuseu ou de Museu do Território repousa na valoração dos seus recursos-chave: população, patrimônio natural, patrimônio construído e valores culturais. Por conseguinte, o conceito de ecomuseu deve procurar manter os níveis de sustentabilidade e de desenvolvimento de modo a contribuir para a revitalização do território que abarca, já que surgem, quase sempre, associados a espaços territoriais ditos deprimidos ou periféricos. Esta ideia só pode ser alcançada se a comunidade se sentir envolvida no projeto, que terá de ter como prioridade, como já o afirmamos, o aproveitamento e valorização do patrimônio e identidade cultural, mas obrigatoriamente, terá de incentivar e promover a diversificação de outras atividades no seu espaço, nomeadamente associadas ao turismo cultural¹ e/ou outras que propiciem uma

1 Entende-se como turismo cultural a promoção da experiência concreta de ambientes culturais específicos de determinadas regiões ou comunidades, através da aproximação aos seus valores, tradições e estilos de vida, do conhecimento do

melhoria socioeconômica e permitam encontrar novos motivos que levem à fixação da população no território² (Pedrosa e Pereira 2008, 2012; Salgueiro 2001; Saut 2001). Desta forma, o ecomuseu pode ser entendido como um espaço de memória, mas vocacionado para o desenvolvimento já que: a) situa os objetos no seu contexto territorial e cultural; b) preserva conhecimentos técnicos e saberes locais; c) educa e consciencializa para a importância dos valores do patrimônio cultural— d) implica interpretar os diferentes espaços que compõem uma paisagem— e) permite desenvolver programas de participação popular que contribuam para o desenvolvimento da comunidade.

Pretendemos, então, destacar neste trabalho o carácter multidimensional que o ecomuseu deve possuir, conferindo-lhe uma dialética particular no incremento das relações entre património, desenvolvimento e sustentabilidade. Esta perspectiva permite ao ecomuseu assumir um papel agregador e dinamizador das diferentes componentes da realidade regional em que se insere, ao valorizar a diversidade de recursos e ao desenvolver atividades em que possam ser integrados e potencializados —recursos naturais, recursos culturais, património edificado e habitat, saberes-fazer tradicionais, capacidades de inovação, atividades a promover e serviços a prestar.

É, também, nosso objetivo demonstrar que a implementação de ecomuseus passa claramente pelo conhecimento e valorização do património e tem como intenção fazer sobressair a identidade cultural do território. Possuidor desta informação que resulta da pesquisa pode e deve defender um projeto de desenvolvimento, baseado nos fatores endógenos, que mobilize as populações locais para a promoção e divulgação dos recursos existentes através de diversas formas de marketing territorial. Deve, ainda, ter um papel importante como promotor turístico através da concepção e promoção de produtos específicos relacionados com o território em que se insere, resultantes de uma organização seletiva da oferta turística, que assegure igualmente uma boa articulação da agenda cultural.

seu património e das suas artes visuais e decorativas ou até mesmo da participação lúdica nas suas atividades quotidianas da esfera produtiva, lúdica e religiosa (Pereira e Pedrosa, 2007, 2010; Pérez 2009).

- 2 Na Europa e nomeadamente em Portugal, pode ser uma das formas de fixar a população jovem em áreas consideradas tradicionalmente deprimidas, como as áreas de montanha, e que sofreram um processo de despovoamento acelerado nas últimas décadas do século passado.

O ecomuseu como polo catalisador do conhecimento da região

Os ecomuseus devem integrar um conjunto de valências de forma e cumprir um conjunto de objetivos que lhe confirmam o estatuto de elemento âncora de uma estratégia de desenvolvimento integrado e sustentado da região (figura 1).

Um dos primeiros objetivos dos ecomuseus deve pautar-se pelo trabalho de pesquisa sistemática, tarefa que permite inventariar a globalidade do património incluído no seu limite territorial que deve ter como fins: a) constituição de bases de dados da região, georeferenciadas ou não, sobre todos os aspectos que passam pelos recursos biogeofísicos, bens edificados ao longo dos tempos históricos e ainda sobre a riqueza sociocultural; b) salvaguarda de tudo o que foi inventariado pelo seu particular interesse patrimonial; c) valorização de todo o património identificado de forma a contribuir para uma forte identidade cultural.

Deste modo os ecomuseus devem integrar em si funções elementares de documentação, investigação e interpretação dos valores culturais e naturais do território de forma a gerar informação para ser utilizada na divulgação e promoção dos valores patrimoniais e culturais do espaço geográfico em que está inserido. Ao mesmo tempo devem promover a formação de pessoas em diversas áreas do conhecimento de forma a tornarem-se socialmente úteis e potencializadoras para a comunidade. O ideal será que as atividades de investigação e formação extravasem a própria estrutura do ecomuseu e constituam-se, assim, como elemento e modelo de uma atitude a adoptar pelas diversas instituições inseridas no seu espaço territorial, nomeadamente, aquelas que têm como base de sustentação o associativismo³.

Ainda no âmbito dos ecomuseus devemos optar por uma leitura antropológica do património, de forma a termos um espectro conceptual alargado do mesmo, ou seja “[...] quando falamos de património, falamos de património total: tanto as paisagens, sítios, edificações, como os objectos que são portadores de história ou de memória” (Bellaigue 1993, 75), acrescentando também toda a cultura imaterial que constitui um valor identitário de uma região e de um povo.

- 3 Organismos do tipo juntas de freguesia, associações culturais e recreativas, associações com objetivos de ação social, associações de produtores e empresários, entre outras.

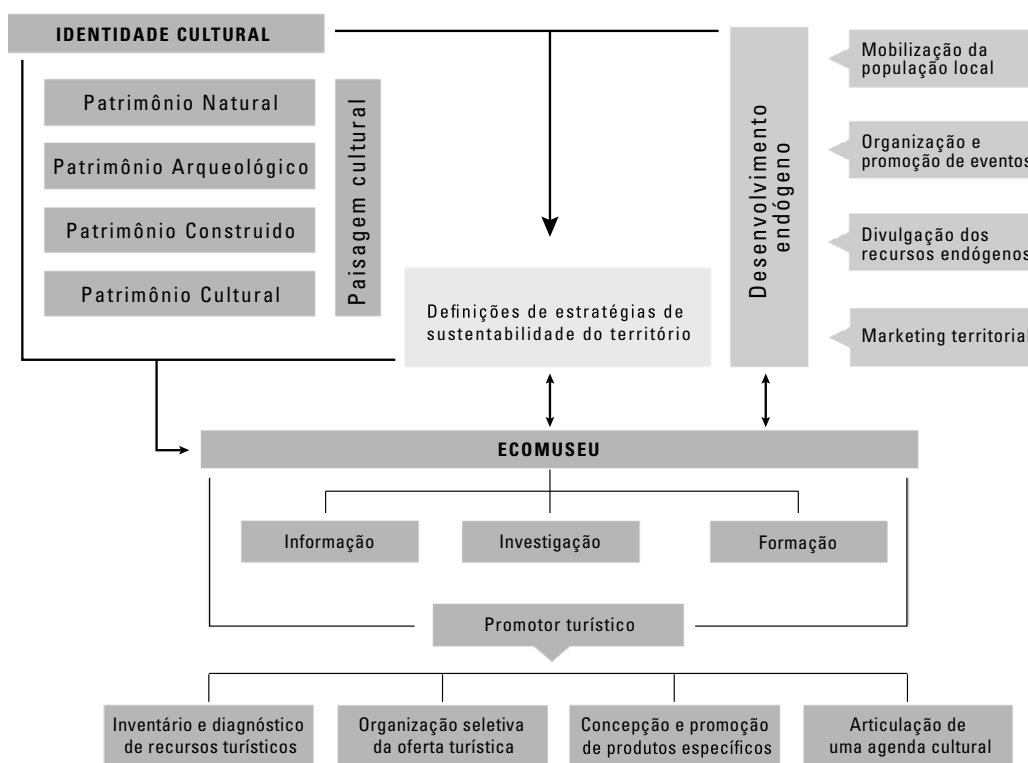


Figura 1. Enquadramento conceptual dos ecomuseus.

Promover a valorização do património natural nas suas diversas vertentes

Um dos objetivos dos ecomuseus passa pela preservação do ambiente dentro de padrões de equilíbrio e de sustentação do sistema ecológico da região, que respeitem o próprio modelo de ocupação e de relação das pessoas com o seu território como elemento central da sua intervenção, conferindo-lhe a função de acervo museológico. Contudo, admite como condição fundamental da salvaguarda desse acervo a sua vitalidade e a capacidade de se autossustentar através de alguns novos desafios, no sentido de uma requalificação da vida das populações e da viabilização de certas atividades de foro económico.

Desta forma, os ecomuseus ensaiam a patrimonialização dos valores naturais baseados na Conferência Geral da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization — doravante UNESCO, de 16 de novembro de 1972, na qual se considera na categoria de património natural “[...] os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico”, bem como “as formações geológicas e fisiográficas [...] com valor

universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação” (ONU 1972). A indubitável referência ao valor patrimonial dos elementos geológicos e geomorfológicos enquanto testemunho da história natural da Terra e dos processos evolutivos atuais, ao nível da geodinâmica interna e externa, complementa-se com o reconhecimento da importância dos exemplos notáveis ou paradigmáticos da “interação humana com o meio ambiente” e “da criação de paisagens” (ONU 1972).

É a percepção humana que confere às geoformas e aos processos morfogenéticos subjacentes valor científico, histórico, cultural, estético ou socioeconómico (Panizza 2001; Panizza e Piacente 1993, 2008; Pereira 2012; Reynard 2005, 2008). Podemos citar como exemplo o levantamento que o ecomuseu do Barroso (Norte de Portugal) fez de várias formas nos granitos: diversos thors ou de penedos em xistos e quartzitos célebres por conterem inscrições escritas ou figuras gravadas e, como tal, considerados com valor histórico⁴. A outros

4 São exemplos “[...] o penedo de Rameseiros, o afloramento de Caparinhos, o Altar de Pena Escrita (Vilar de Perdizes), O Penedo dos Sinais (Viveiro-Ferral), o Penedo do Sinal, o Penedo da Ferradura e a Pedra Pinta (Vila da Ponte), o Penedo de Letra (Gralhas), o Penedo de Pegada (Ferral) [...]” (Dias Baptista 2006).

penedos estão associados lendas⁵ perdidas em tempos imemoriais, enquanto outros se encontram associados a memórias mais recentes como os *Pedralhos* (povoação de Vila da Ponte), onde escreviam o nome dos emigrantes que partiam para o Brasil, alguns dos quais nunca mais regressaram à terra *mater* (Dias Baptista 2006).

Para além das formas de relevo e da geodiversidade são ainda preocupações dos ecomuseus a inventariação e a conservação da fauna e flora específicas dessa região. Podem e devem promover projetos que procurem conhecer e identificar todas as espécies, endógenas ou não, que caracterizam o ambiente da região do ecomuseu. Este tipo de conhecimento é importante no sentido de manter as condições ambientais de forma que as próprias espécies se mantenham nos seus ambientes e possam assegurar a sua reprodução e, como tal, a continuidade desta e contribuir, assim, para a manutenção da biodiversidade.

Podemos citar como exemplo o ecomuseu da Ilha Grande (Brasil), onde a sua criação “[...] gerou numerosos produtos científicos e tecnológicos: análises climatológicas e meteorológicas, estudos atmosféricos, pesquisas sobre espécies em extinção ou não classificadas, levantamentos de resíduos poluidores, pesquisas no campo da biotecnologia e da reprodução genética” (Santos Myriam 2005).

Promover a valorização do património cultural nas suas diversas vertentes

Se concebermos como património cultural, todos os bens que se representam como testemunhos, ou seja, entendidos como portadores de valores civilizacionais ou de ordem cultural considerados de interesse socio-cultural relevante, então, devem ser objeto de especial proteção e valorização. Consideramos, assim, como bens de interesse cultural relevante aqueles que refletem valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade, bem como outros bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva de um povo ou de uma região (Bérard e Marchenay 2004; Jorge 2005).

Finalmente, é ainda preciso considerar a existência de bens culturais que terão de ser entendidos nos respectivos contextos, já que pelo seu valor testemunhal

possuem uma relação interpretativa e informativa apenas entendível na conjuntura em que se desenvolveram. Referimo-nos, nomeadamente, aos valores das culturas tradicionais inerentes em cada região, de modo a que se assegure a transmissão de uma herança, cuja continuidade e constante enriquecimento contribuíram e contribuem para unir as gerações, a fim de promover e dignificar a pessoa humana, o que possibilita a democratização da cultura, entendida como esteio da identidade cultural de um povo ou de povos (Pereiro 2006; Rodríguez Becerra 1997; Stoffle 2000; Vecco 2007).

Por conseguinte, interessa-nos, no quadro deste *Projeto museográfico*, não só o património imóvel (sítios arqueológicos e construções de cariz e monumentalidade diversa), mas também o móvel (objetos de diversa ordem que pode ir de obras de arte a objetos de uso comum, utilizados pelas diferentes sociedades) e o imaterial (memórias, tradições, usos e costumes, maneiras de ser, estar e fazer...).

O património imóvel entendido como o conjunto de sítios arqueológicos ao qual podemos associar todos os edifícios que pela sua história, arquitetura e monumentalidade, quer sejam de ordem militar, civil ou religiosa, se mostrem importantes para a compreensão e definição da identidade do território e do povo que nele habita (Criado Boado 1999). Eles podem contar a evolução da ocupação do espaço em que se inserem e os contextos sociais, civilizacionais, culturais e económicos em que foram construídos. Daí a importância da sua inventariação numa base de dados georeferenciada e do seu estudo por diferentes especialistas de forma a que se produza informação para posterior divulgação, mas também que induza a sua conservação e valorização. É a história e a identidade de um povo e de um território que estamos a valorar. Os ecomuseus podem dar um forte contributo na sua inventariação e serem os principais protagonistas e interessados na descoberta, conservação e valorização.

Podemos voltar a citar como exemplo o ecomuseu do Barroso, que, para além de incentivar diversos trabalhos de escavações arqueológicas, tem contribuído para o conhecimento da arquitetura religiosa e civil da sua área de atuação. Inventariou e estudou diversos aspectos da arquitetura popular da região, nomeadamente: canastos, moinhos, fornos comunitários, fontes, pisões, lagares, entre outros edifícios de produção agrícola que, certamente, contribuem para o reencontro com a identidade cultural local. De fato tem vindo a ser construída uma base de dados, que procura organizar e

5 A Casa dos Mouros (Morgade), o Altar da Moura (Frades-Cambez) são exemplos de penedos associados a lendas de mouros na região do Alto Barroso (Dias Baptista 2006).

sistematizar todo o conhecimento que existe sobre esse tipo de aspectos no território abarcado pelo referido ecomuseu (Ecomuseu de Barroso s. d.).

Mais do que repositórios de utensílios, os ecomuseus pretendem reconstituir ambientes por meio da utilização de tecnologias inovadoras que possibilitem a interação entre sistemas de vídeos, imagens computadorizadas, Sistemas de Informação Geográfica, entre outros, que têm como objetivo tornarem-se focos de polarização de atividades no espaço geográfico em que se inserem, em interação com a população local, o que contribuiria, assim, para a dinamização cultural e socioeconômica (Bellaigue 1989; Chagas 2000).

O Ecomuseu do Barroso é um bom exemplo de organização de patrimônio imóvel que utiliza diferentes tipos de conceitos distribuídos geograficamente pelo seu espaço de atuação. Assim é formado por um núcleo principal, que constitui a sua sede, e por vários “polos ecomuseológicos” que se localizam em localidades estrategicamente situadas de forma a responder diferentes objetivos (figura 2).

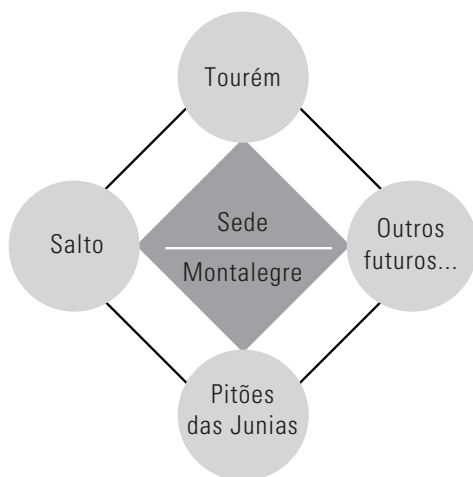


Figura 2. Organização do ecomuseu de Montalegre (Portugal) e a relação entre a sede e os diferentes pólos.
Dados: Ecomuseu de Barroso s. d.

Assim, o edifício sede pretende ser um espaço público onde se oferece ao visitante a experiência dos sentidos que poderá usufruir no Alto Barroso: o som dos carros de bois, as imagens que nem sempre se captam na realidade, o cheiro e o sabor dos bons produtos da região, o toque do grão de cereal a passar entre os dedos que depois se transforma em farinha. Desse modo, recria nas diversas salas sensações por meio de sons, cheiros, imagens e sabores, num desafio contínuo à imaginação

dos visitantes (Ecomuseu de Barroso s. d.). Desenvolve, ainda, outras atividades nas quais se inclui as exposições temporárias cujos temas fortes se reportam à identidade do Barroso, o que contribui para que o ecomuseu seja visto como um espaço sempre disponível para artesãos e artistas da região divulgarem as suas obras.

Os polos ecomuseológicos que funcionam em rede com o Centro Interpretativo em Montalegre (sede), são neste momento três que se localizam em aldeias selecionadas pelo seu valor, quer ao nível do patrimônio natural quer ao nível de valores culturais:

a) O polo de Tourém tem como temáticas “[...] o Boi do Povo, as relações com a vizinha Espanha, o Couto misto, o sistema de regadio, o castelo da Piconha, o contrabando, os modos de produção local, as alfaías agrícolas” (Ecomuseu de Barroso s. d.).

b) Em Pitões da Júnias escolheram-se temáticas como “[...] o pastoreio em regime extensivo, a vezeira, a tecelegem, os abrigos de pastores, a agricultura de Montanha, os modos de produção local/alfaías agrícolas, o património etnográfico, o fumeiro, a aldeia velha de Juríz, o mosteiro de Pitões, o Parque Nacional da Peneda-Gerês e o Património Natural. (Pitões da Júnias s. d.)

c) Na freguesia do Salto o polo encontra-se vocacionado para uma museologia mais local com especial incidência na área etnográfica, estando previsto em termos futuros o seu desenvolvimento aproveitando a questão da exploração mineira associada à extração de volfrâmio nas minas da Borralha.

Finalmente todos os polos procuram dinamizar outro tipo de atividades que diversifique a sua oferta cultural, ao funcionar também como local de venda de produtos artesanais.

Muitas das tradições culturais que se mantêm vivas resvalam na ancestralidade e constituem o patrimônio (i)material das comunidades. Sentimo-nos tentados a afirmar como Barbuy (1995a), que elas são elemento enzimático, ativo sobre o presente e/ou sobre o futuro. De fato, o patrimônio imaterial pode ser considerado, provavelmente, “o ponto central da filosofia dos ecomuseus: a afirmação, através da memória, de uma identidade cultural, que permitiria dar um rumo mais legítimo ao presente; tornaria mais claro, para uma coletividade, que caminhos tomar” (Barbuy 1995a).

A riqueza e a singularidade dos usos e costumes, crenças, superstições, ritos e rituais, que se mantêm vivos numa determinada região, faz com que nasça e renasça um patrimônio de transmissão oral inesgotável

e com ele se mantenha uma vastíssima componente lexical específica expressiva e peculiar que mantém vivo o imaginário de um povo quantas vezes associada às contradições/interconexões entre o profano e o sagrado.

Assim, a própria linguagem usada pelo povo pode refletir muitas das características civilizacionais desta região. Segundo Gonçalves,

o grau de cultura intelectual de um povo manifesta-se logo pelo estudo da língua porque ela é a expressão do pensamento e é, por isso, a melhor chave para entrar no campo psíquico e moral dos povos. [...] Mas a língua, evoluindo com o povo, é um documento para a reconstituição desse povo, aparecendo nela mais do que simples factos históricos: o progresso espiritual de uma sociedade. (Gonçalves 2008, 12)

A identidade cultural de uma região advém das características geográficas, do seu relacionamento ou não com outros espaços geográficos —muitas vezes o isolamento reforça a identidade cultural (Pedrosa e Pereira 2012)— e das especificidades do clima e dos solos, que moldaram as (sobre)vivências dos seus habitantes. Perante os constrangimentos e os, por vezes, poucos recursos, foi necessário criar mecanismos que permitiram às comunidades rurais (sobre)viver. Nas áreas mais isoladas de Portugal, por exemplo, criaram formas de cooperação e formas de regulamentação coletiva, vulgarmente denominadas como “hábitos comunitários” (Dias 1993; Fontes 1992; Polanah 1992; Ribeiro 1997; Taborda [1932] 2011) que desenvolviam uma interação e uma regulação na comunidade que levava à autossuficiência desta. Diante de um ambiente hostil, a “união faz a força”: mais do que cada um por si, foi necessário a força do coletivo, a cooperação, a ajuda mútua, a solidariedade, para garantir a sobrevivência e reprodução dos agregados domésticos que seguem a lógica de que “o pouco bem repartido, dá para todos” (Câmara Municipal de Boticas s. d.).

Deste modo, o patrimônio cultural funciona como uma “coleção querida e bem quista” (Saladino 2010), e encontra uma forte ressonância nas comunidades (Gonçalves 2007), ou seja, funciona como extensão de seus proprietários, que atinge “um universo mais amplo, para além das fronteiras formais, [e que tem] o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante” (Geenblat apud Gonçalves 2005: 19). No entanto, de qualquer modo,

o patrimônio cultural é fundamental “no processo de formação de subjetividades individuais e coletivas” (Gonçalves 2005, 27).

A ocupação histórica de um território pode ser amplamente documentada por vestígios arqueológicos e por diversos tipos de patrimônio (imóvel, móvel e imaterial) que denunciam a presença sucessiva de diversos povos e culturas nessa região, o que resulta num processo multissecular de apropriação do espaço, expresso na sua organização funcional e na implementação de estratégias de exploração do potencial produtivo do meio biogeofísico. Esse processo deu origem a uma progressiva transformação e modelação da paisagem, que hoje se apresenta como um patrimônio ecossociológico, culturalmente construído (Pedrosa e Pereira 2009a, 2009b).

De fato, as paisagens culturais refletem a aplicação secular de técnicas sustentáveis de uso do solo, adaptadas às características naturais dos territórios que servem de suporte às comunidades humanas e às atividades antrópicas. Têm de ser entendidas como construções socioambientais e culturais resultantes de determinados contextos de tempo e de espaço e, como tal, estão em contínua mudança e evolução. Assim, as teses que postulam uma preservação das paisagens culturais, tal e qual como as conhecemos evidenciam um modelo conservacionista obsoleto e, como tal, desajustado de uma visão dinâmica dos sistemas ambientais e antrópicos. Entendemos, assim, que é importante pensar a paisagem cultural sempre no seu sentido evolutivo, já que sempre se constituíram organicamente devendo-se a sua gênese e desenvolvimento à interação entre o meio ambiente natural e os fatores condicionantes de ordem social, econômica, administrativa e/ou religiosa. Elas podem constituir-se como uma herança cultural do passado, mas terão de ser entendidas como paisagens vivas e dinâmicas que detêm um papel social ativo associado a um modo de vida em evolução, que se mantém arreigado a valores tradicionais (culturais) considerados fundamentais pela comunidade (Alves 2001; Domingues 2001; Salgueiro 2001).

O ecomuseu como potenciador de desenvolvimento local e regional

Defendemos, então, que os ecomuseus podem contribuir para uma gestão integrada do patrimônio cultural na sua área de influência, ou seja, deverão assumir a coordenação entre todos os agentes institucionais de

base territorial, tais como os municípios, a administração central, os mecenas, as associações culturais e instituições científicas, as empresas de serviços e dos empreendedores interessados em desenvolver atividades dentro da área que preconizam uma planificação estratégica, integradora de planos específicos (Teixeira 2005).

Nesse sentido, atrevemo-nos a afirmar que os ecomuseus devem coordenar a política do patrimônio cultural da área onde se inserem articulando e compatibilizando o patrimônio cultural com as restantes políticas que se dirigem a idênticos ou conexos interesses públicos e privados, em especial as políticas de ordenamento do território, de ambiente, de educação e formação, de apoio à criação cultural e de turismo (Teixeira 2005). Desta forma, terá um papel importante nas definições de ações estratégicas que contribuirão para o desenvolvimento da região.

O ecomuseu e a divulgação dos recursos endógenos

Após a inventariação dos patrimônios ou patrimônios, é necessário ações que visem a sua promoção de forma que sejam divulgados para que seja reconhecido o seu valor como elemento de originalidade, diferenciação e afirmação de identidade e memória da região. Essa valorização deve contribuir para fomentar a competitividade e a diversificação das atividades locais numa lógica de promoção do respeito pelas tradições culturais. A concretização destes objetivos relaciona-se com a já referida criação da base de dados, sempre que possível georeferenciada, aquando da inventariação do patrimônio e que deve interagir com outras bases de dados regionais, nacionais ou mesmo internacionais de forma que fique disponível para todos os públicos interessados. Isso implica um trabalho sistemático, que deve e pode ser coordenado pelo ecomuseu, no sentido de reorganizar acervos, atualizá-los ou criar novas bases de dados que tenham em vista a promoção da sua rentabilização quando conjugada com outros sistemas de cadastro e inventário.

Mas a estratégia de divulgação também implica a definição de políticas regionais ou locais de conservação e restauro do diferente tipo de patrimônio (monumentos religiosos, civis ou militares, sítios arqueológicos...) de forma que a sua valorização seja eficaz no desenvolvimento da região. Um dos patrimônios que mais se pode valorizar por meio da ação dos ecomuseus é o patrimônio rural e dos diversos sistemas a ele associa-

dos, recuperando-se o patrimônio em si, mas também, as técnicas construtivas tradicionais quase sempre bem integradas nas ambiências locais. Constitui, por vezes, uma aprendizagem importante nas áreas da arquitetura, engenharia e/ou áreas ambientais.

A estratégia de divulgação deve, ainda, fomentar a quantidade e averiguar a qualidade dos equipamentos/sítios histórico-arqueológicos passíveis de ser visitados, com garantia de sustentabilidade das suas condições de preservação. Pressupõe-se, assim, a promoção do desenvolvimento de redes regionais e transregionais de valorização do patrimônio através da implementação de circuitos temáticos de base regional, e do fomento de ações obrigatórias de prevenção, salvaguarda e valorização, o que reforça a valorização integrada das sub-regiões e territórios, bem como da sua coesão territorial.

Finalmente pressupõe-se que os ecomuseus na sua estratégia de divulgação devem aperfeiçoar os circuitos de informação, de conhecimento e de comunicação. É cada vez mais importante o desenvolvimento das redes de comunicação de modo que flua a sua circulação e se consiga a promoção do ecomuseu e da região onde este se insere.

O ecomuseu e a mobilização e envolvimento da população local

A importância da mobilização da população local na construção do projeto museológico é o objetivo primordial já que o ecomuseu é entendido como a própria comunidade em si e a sua relação com o território, traduzida no seu modelo de ocupação o qual determina as características identitárias da paisagem cultural. A população local tem de entender o projeto, para o qual tem de ser mobilizada, mas, ao mesmo tempo, tem de se mobilizar a si própria, de forma a encarar a sua participação como uma condição fundamental de salvaguarda de todo o acervo ecomuseológico, da qual faz parte. Do grau da sua participação e envolvimento irá resultar a vitalidade e a capacidade do projeto se autossustentar. Assim, decorrerão novos desafios cuja finalidade será uma maior qualificação da população e, como tal, do seu próprio nível de vida resultantes da viabilização de atividades do foro económico de que resultará também na sustentabilidade do território.

O envolvimento da população deve processar-se a diversos níveis e pode ser extremamente diversificada. Por exemplo, as funções elementares de conservação do acervo e de interpretação devem extravasar as próprias “paredes” do ecomuseu e estimular uma atitude

participativa nas pessoas e nas instituições locais e suscitar nelas o sentido de pertença ao seu território. Daqui podem resultar vários tipos de ações como, por exemplo, promover a articulação Patrimônio/Educação de forma a estimular o envolvimento e participação dos cidadãos na preservação dos bens patrimoniais, ao assumir o patrimônio como elemento formativo e instrumento privilegiado de diálogo com o meio. Implica, então, reforçar e solicitar o interesse público desde a idade escolar, para a importância da herança patrimonial de forma a estabelecer uma forte e eficaz ligação entre Escola/Patrimônio/Meio Ambiente.

Uma outra perspectiva que pode levar ao envolvimento da população passa pela promoção de ações formativas com vista à valorização de recursos humanos no âmbito de áreas tradicionais cujas profissões poderão estar em extinção, mas que poderão ser recuperadas nomeadamente: a) formação de indivíduos nas técnicas de execução de diversas formas de artesanato, o que fomenta a própria inovação, nomeadamente a nível de design; b) formação de pessoas na área de técnicas de execução e restauro de diversos tipos de patrimônio; c) formação no âmbito gastronômico de forma a preservar os sabores tradicionais, mas ao mesmo tempo promover a inovação e permitir uma profissionalização no âmbito da restauração e atendimento de públicos diversos; d) formação profissional no âmbito de novas profissões relacionados com o uso de novas tecnologias e a sua rentabilização no âmbito do ecomuseu.

A participação da população local nas diversas atividades que o ecomuseu pode organizar e/ou coordenar é um dos modos de promover a cidadania de forma a quebrar as inércias instaladas, principalmente quando coincidem com território econômico e socialmente deprimidos. Pode ser uma das formas de rentabilizar as forças dinâmicas da região que contribuem para uma maior coesão social do território onde se insere o ecomuseu, ao criar espaços de forte autonomia e desenvolver capacidades individuais e coletivas que permitam o desenvolvimento de estratégias de reforço da autoestima das populações.

Só com uma forte participação e interação com a população local se pode promover e consolidar a articulação Patrimônio/Ambiente e Desenvolvimento Sustentável que vise alargar e diversificar o acesso ao patrimônio levando de uma forma coordenada o fomento de aproveitamentos alternativos que contribuam também para a sua sustentabilidade. Só desta forma se está a contribuir, numa perspectiva futura

para a diversificação da base econômica do espaço geográfico do ecomuseu e para a promoção do conhecimento e dos valores culturais.

O ecomuseu na organização e promoção de diferentes tipos de eventos

A organização e a promoção de diversos tipos de eventos por parte do ecomuseu terá de fazer parte da sua estratégia baseados nos seguintes princípios: a) nos valores naturais e culturais endógenos da região; b) no envolvimento da população local e das forças vivas do território; c) na manutenção de alguns eventos como pontos-chave e de identidade da região, mas ao mesmo tempo levando ao aparecimento de outros de modo que a diversificação seja um ponto de diferenciação e de novidade; d) atingir públicos-alvo diversificados a fim de atingir o maior número de indivíduos interessados em visitar o território de abrangência do museu ou de participar nos eventos que aí são promovidos.

As ações a desenvolver terão de articular, integrar e dar coerência global às diferentes situações existentes na região, de modo que a valorização dos patrimônios natural e cultural seja corretamente utilizada por parte de agentes locais, públicos ou privados. As ações terão de procurar sempre ter em consideração a salvaguarda das marcas identificadoras da paisagem cultural.

Uma das vertentes advém da rentabilização e inserção dos diferentes recursos naturais, numa componente lúdica e desportiva, que obrigatoriamente se terá de fazer, mas cuja utilização terá de passar sempre pelo sentido de respeito, conservação e sustentabilidade. Uma outra vertente pode incluir a promoção dos elementos patrimoniais e práticas rurais, como por exemplo, os sistemas integrados de exploração agrícola, atividades econômicas artesanais, técnicas tradicionais, modos e rituais da vida das populações, de forma a salvaguardar os elementos definidores de paisagem regional e de os integrar nas novas dinâmicas de desenvolvimento rural, nem sempre associadas unicamente às atividades agropastoris. É a procura da pluriatividade no mundo rural sem desvirtuar a sua identidade (Ellis 2000; Pinto-Correia 2004).

O fomento de eventos científicos de forma a articular o trinômio Patrimônio/Educação e Investigação pode revelar-se importante, não apenas para aprofundar o conhecimento científico sobre patrimônio e valores culturais, mas também para implementar sistemas de avaliação da qualidade dos equipamentos associados ao patrimônio natural e cultural. Pode,

ainda, fomentar a criação de Centros de Investigação e Excelência que potenciem linhas orientadoras de investigação sobre o território nos seus mais diversos aspectos de forma a ancorar o desenvolvimento sustentável com base no conhecimento científico.

O ecomuseu e o marketing territorial

Se entendermos que o marketing corresponde a uma orientação de planeamento e gestão, de todo um processo sistemático que se inicia por definições estratégicas, nomeadamente pela clara definição do mercado-alvo e do posicionamento que se pretende atingir neste mercado face a propostas da concorrência, ele deve refletir um compromisso entre a rentabilidade das organizações e a procura da melhoria da qualidade de vida das pessoas. Nesse sentido, deve associar um conjunto de técnicas e ferramentas disponíveis para atingir os objetivos a que se propõe na sua estratégia inicial (Benko 2000; Correia e Brito 2009; Fonseca 2006; Kastenholtz 2008; Kotler, Haider e Rein 1992).

Nessa perspectiva,

[...] o Marketing pode ser utilizado também no contexto do planeamento e da gestão dos territórios, sejam eles aldeias, cidades, regiões, países ou até continentes. Aliás, defende-se que cada território aplica, de forma mais ou menos consciente, sistemática e adequada, ferramentas de marketing, procura atrair residentes, investidores e visitantes e criar uma “imagem de marca” que resulta, de modo indirecto, em mais-valias num conjunto de áreas de actuação, sejam elas económicas, sociais ou culturais. (Kastenholtz 2008, 3)

Torna-se então necessário definir um produto ou produtos que permitam a concepção de marca que reforce a identidade do território, que englobem a segmentação do público-alvo e a definição de uma lógica de promoção e posicionamento no mercado (Cidrais 1998; Pereira, Silva e Pereira 2008).

É neste contexto que os ecomuseus podem ter um contributo fundamental para que se desenvolva uma estratégia integrada e sustentável de marketing territorial com base numa conexão de todos os stakeholders (interessados e afetados pelo desenvolvimento local/regional) de forma a tornar possível o desenvolvimento de “redes territoriais”, que reconheçam a relevância dos diversos atores locais e regionais (Kastenholtz 2008; Pedrosa e Barbosa 2012).

Assim, quando os atores locais e/ou regionais reconhecem que são uma comunidade de interesses com

objetivos comuns, podem obter grandes benefícios se souberem organizar-se e definir uma estratégia comum, de forma a maximizar os recursos frequentemente escassos, além de rentabilizar os benefícios que podem trazer para o território. A definição da estratégia pressupõe “[...] um conhecimento das especificidades do território e das suas populações, dos aspectos únicos a preservar (sobretudo ao nível do ambiente e da cultura) e das capacidades e potencialidades existentes e por explorar [...]” (Kastenholtz 2008:3).

A participação dos ecomuseus no desenvolvimento de uma estratégia de desenvolvimento endógeno do território em que se insere deverá contribuir e responder aos imperativos das gerações atuais sem comprometer a possibilidade de satisfazer as mesmas necessidades, ou outras, das gerações futuras, uma vez que se entende que o desenvolvimento económico, coesão social, integridade cultural e proteção do ambiente são interdependentes e indissociáveis.

O marketing territorial deve contribuir para a projeção da identidade do território, que no caso dos ecomuseus deve privilegiar o conceito de paisagem cultural como marca identitária do território. Ao mesmo tempo deve potenciar novas funções nessa mesma paisagem de modo a diversificar as atividades socioculturais e contribuir, assim, para a própria sustentabilidade das paisagens culturais (Pereira, Silva e Pereira 2008).

O ecomuseu: um promotor turístico

Advogamos que o ecomuseu pode ser um importante promotor turístico para o território em que se insere, coordenando diversas atividades de forma a potenciar as sinergias endógenas, pois é conhecedor e detentor do inventário e do diagnóstico dos potenciais recursos, naturais e culturais, a serem utilizados na atividade turística. A organização seletiva da oferta turística pode ser um dos atributos estratégicos claramente relacionados com a qualidade do produto que se pretende oferecer. Mais do que a quantidade, interessa oferecer a qualidade, quando queremos promover o turismo dito cultural. Este aspecto implica a concepção e promoção de produtos específicos que resultam da interação dos diferentes agentes sociais, económicos e culturais sediados no território. Finalmente o ecomuseu poderá ter um papel importante na articulação da agenda cultural respeitante a esse território. Deve, assim, coordenar os diversos eventos ao longo do ano, no sentido de otimizar a sua distribuição temporal, que tem como

objetivo evitar sobrecargas ou vazios em determinados períodos, de forma a permitir uma boa resposta de todos os componentes implicados no processo turístico, desde a hotelaria, restauração, promotores turísticos, entre outros.

Os ecomuseus poderão ser responsáveis pela implementação de um plano de divulgação turística que privilegie a aplicação das novas tecnologias associadas ao conceito de mobilidade, que crie percursos temáticos de património cultural, que se deverá articular com museus tradicionais, artesanato, paisagens diferenciadas, parques naturais, restaurantes, rotas gastronômicas e de vinhos, percursos pedestres, entre outros, que aproveitem ao máximo todos os recursos de um mesmo território cultural (González 2001). Torna-se importante a valorização, a divulgação e a animação dos elementos e espaços patrimoniais que se mostram essenciais para o desenvolvimento econômico e autoestima da população, e justificam a sua preservação, o que contribuiria de forma integrada para a qualificação da região enquanto destino turístico, já que que existe, na atualidade, uma crescente apetência pelo turismo cultural como complemento de outras atividades (Martins e Costa 2009; Ribeiro 2002).

Configuramos, assim, um turismo interpretativo, no qual o turista poderá ter uma proatividade participando na análise e compreensão do território e da paisagem nas suas múltiplas dimensões: ambiental, biogeofísica, histórica e produtiva. A definição de percursos de observação é, nesta modalidade turística, fundamental para o estímulo e orientação do olhar interpretativo, o qual fomenta o contato com realidades em interação que no seu conjunto moldam a identidade dos lugares e das regiões (Alcantara 2007; Pedrosa e Pereira 2008).

Complementar do primeiro, o turismo cultural deverá fomentar a experiência concreta de ambientes culturais específicos de determinadas regiões ou comunidades, por meio da aproximação aos seus valores, tradições e estilos de vida, do conhecimento do seu património e das suas artes visuais e decorativas ou, até mesmo, da participação lúdica nas suas atividades quotidianas da esfera produtiva, recreativa e religiosa (Moreira 2010; Pedrosa e Pereira 2012; Pereira e Pedrosa 2010; Pérez 2009).

Finalmente poder-se-á desenvolver um turismo sensorial que esteja situado na esfera da vivência pessoal do processo de descoberta de um novo espaço, que apreende o território pelos sentidos, em que se pro-

põem percursos de exploração de territórios musicais, de novos olhares sobre paisagens evolutivas ou de rotas de sabores gastronômicos regionais (Filho 2008; Mancini 2007; Pedrosa e Pereira 2008, 2012).

Deste modo, respeita-se a Carta de Princípios sobre Museus e Turismo Cultural, proposta pelo International Council of Museums (ICOM), na qual se defendem vários princípios que destacamos: a) a ética no turismo cultural exige dos agentes atuantes que o visitante combine o conhecimento criativo com a fruição do seu tempo livre, o que leva à interação com um contexto social que, embora desconhecido, o convida a participar da vida e saberes locais da comunidade anfitriã; b) o turismo cultural tem como âncora o património enquanto parceiro de um conjunto de contribuições de uma cultura, povo ou comunidade, cujas expressões são o testemunho de sua própria identidade. Esta vinculação é única e excepcional e constitui um recurso não renovável. O património cultural não pode constituir-se como um produto de consumo, nem estabelecer com o visitante uma relação superficial; c) neste âmbito os museus devem promover a participação ativa das comunidades locais, tanto no planeamento e na gestão patrimonial quanto em todo o processo turístico; d) a dinamização e “comercialização” deste turismo baseado em valores patrimoniais naturais e culturais deverá promover a rentabilidade não apenas na sua dimensão econômica, mas também, social e ambiental, o que contribui, assim para a sustentabilidade dos territórios (Mattos 2006).

É neste sentido que defendemos uma perspectiva inovadora dos territórios enquanto produto turístico e uma visão do turismo como eixo de mobilização de atores e dinâmicas de desenvolvimento.

Uma das formas de incrementar e dinamizar a oferta turística é o desenvolvimento de roteiros temáticos que permitam a descoberta de paisagens culturais com projeção regional, nacional ou internacional, onde devem ser integrados os valores patrimoniais nos circuitos e produtos turísticos da região e na sua promoção (Mancini 2007; Pedrosa e Pereira 2008, 2009b, 2012; Pereira 2012; Pereira, Silva e Pereira 2008; Santos, Gravidão e Cunha 2010).

Rotas, percursos ou trilhos constituem valiosos guias que orientam a descoberta de um território desconhecido. A exploração de um espaço geográfico e a compreensão da sua identidade é um processo que implica uma relação longa e exigente entre o observador e o território. Esse processo de conhecimento requer

disponibilidade para permanecer, percorrer, ver, cheirar, sentir, interpretar, relacionar elementos, apreender padrões, identificar contrastes (Pedrosa e Pereira 2008). Devido à morosidade e exigência do processo, a riqueza e diversidade de uma paisagem permanecem frequentemente ocultas face ao olhar do turista. É precisamente este o papel desempenhado por uma rota turística, conduzir e motivar o olhar interpretativo sem, no entanto, condicionar a liberdade de opção e o interesse pessoal do turista. Nesse sentido, uma rota turística não deve restringir-se ao traçar de um dado trajeto, mas tem que possuir como missão dar visibilidade a todas as dimensões da paisagem e contribuir para a compreensão da interação de fatores que se encontram na sua gênese.

Assim, uma rota deve, ao mesmo tempo, exteriorizar, interiorizar e explicar a paisagem em que se desenvolve, e ainda relacionar a grandiosidade da natureza, como patrimônio construído e cultural de elevado valor. Deve, então, possibilitar uma multiplicidade de panoramas que se articulam com uma forte identidade cultural articulando-se, também, com aspectos complementares, mas importantes, de que salientamos: a) gastronomia de qualidade que tem como base os produtos locais, ao privilegiar, assim, a diferenciação; b) hotelaria que sirva em quantidade e em qualidade a procura —hotéis, casas de turismo de habitação ou de turismo rural, agroturismo; d) venda de produtos locais/regionais com certificados de garantia— produtos certificados (Denominação de Origem Protegida - DOP, Indicação Geográfica Protegida - IGP, Indicação Geográfica - IG, Especialidade Regional Garantida - EGP)⁶, que podem abranger desde produtos relacionados com a produção animal (carne, fumados, queijos, mel) ou vegetal (azeite, castanha, pão), ou então, quando relacionados especificamente com a produção de vinho (Denominação de Origem Controlada - DOC, Indicação de Proveniência Regulamentada - IPR, Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada - VQPRP).

Assim, o ecomuseu enquanto promotor de turismo cultural poderá e deverá assumir-se como um dos motores de desenvolvimento local/regional, que se comporta como um instrumento gerador de riqueza e

emprego, animador de trocas interculturais e, simultaneamente, motor da preservação do patrimônio cultural e da valorização da identidade local (Mattos 2007; Saut 2001; Teixeira 2005).

Conclusão

Das características comuns a todos os modelos de ecomuseus/museus comunitários vigentes atualmente, podemos destacar a importância da participação ativa, colaboradora e criadora da população sediada no território, além de realçar a ideia de *espaço vivido* enquanto museu. Por outro lado, as ações propostas e desenvolvidas apresentam sempre uma preocupação de se inspirarem nas especificidades locais de forma a reforçar a identidade local/regional sempre no sentido de uma apropriação coletiva de patrimônio/coleção (Babo e Guerra 2005; Hubert 1985; Oliveira 2009; Teixeira 2005).

Nos seus valores estão sempre presentes a defesa, preservação, conservação e valorização do meio ambiente, do patrimônio histórico-cultural, paisagístico, artístico, linguístico, bem como a realização de ações no sentido de integrar e potencializar os recursos humanos residentes na área, de sensibilizar para a importância do respeito dos recursos naturais e dos diferentes tipos de patrimônio, assim como dos valores naturais ao ter como o objetivo: a) estimular, promover e participar de parceria entre o poder público e as organizações nacionais e internacionais interessadas na conservação dos recursos e valores naturais; b) promover a investigação em diferentes áreas procurando sempre a sustentabilidade do território e valores patrimoniais e culturais, fomentando convênios, ajustes e acordos que visem à consecução dos seus objetivos; c) promover e apresentar projetos em educação e o desenvolvimento cultural e ambiental, com o objetivo de fomentar os recursos humanos; d) divulgar os valores do espaço geográfico em que se insere por meio de eventos e ações diversificadas com o objetivo de valorizar e potencializar os diferentes recursos que possui; e) promover o turismo cultural de forma a desenvolver sinergias no interior do território que levem ao aparecimento de novas atividades que ajudem na sustentabilidade da região, com o intuito de promover a multifuncionalidade do território em que se insere (Pedrosa e Barbosa 2012).

Uma das estratégias possíveis para motivar sustentabilidade dos territórios e para fomentar o seu desenvolvimento endógeno é o turismo cultural. Este discurso tornou-se cada vez mais forte, fato que se rela-

6 Veja-se: http://ec.europa.eu/agriculture/quality/door/list.html?&filter.dossierNumber=&filter.comboName=&filter.Min.milestone__mask=&filter.Min.milestone=&filter.Max.milestone__mask=&filter.Max.milestone=&filter.country=PT&filter.category=&filter.type=PGI&filter.status=&recordSelection=all

ciona com vários fatores de que podemos salientar uma mercantilização da cultura e a própria necessidade de criar oportunidades de subsistência e incremento da economia para certas comunidades ou, mesmo, determinados países (Saladino 2010).

A UNESCO, ao classificar e incentivar a coleção de patrimônios mundiais, contribuiu para fortalecer este discurso, quer seja para o patrimônio tangível (monumentos, sítios arqueológicos ou históricos, paisagens culturais) que implica a capacidade de o Estado mantê-los na sua autenticidade, quer seja para bens de natureza intangível, que para serem reconhecidos enquanto tesouros vivos têm de estar necessariamente em risco de desaparecimento, o que configura o fim do próprio fazer-viver de determinada cultura. Em ambos os casos, o patrimônio transforma-se num produto diferenciado a ser consumido por meio do turismo cultural, o que impõe uma reflexão sobre as limitações econômicas sociais e culturais impostas a alguns segmentos culturais para o acesso e consumo desses bens (Saladino 2010).

Para resumir, podemos deixar ficar como ideia-chave, o carácter multidimensional do ecomuseu, o que lhe confere uma natureza exemplar em termos das relações entre patrimônio e desenvolvimento, além de

permitir que ele assuma um papel motor de diferentes componentes da realidade da região em que se insere, permite que faça a gestão da diversidade de recursos e de atividades que aí interagem: recursos naturais, recursos culturais, patrimônio edificado e habitat, saberes-fazer tradicionais, capacidades de inovação, atividades a promover e serviços a prestar.

O ecomuseu deve assumir-se como um: a) espaço de valorização de recursos e patrimônio; b) espaço de representação de identidade territorial e cultural; c) espaço de formação, investigação e experimentação; d) espaço de concertação e cooperação interinstitucional; e) espaço de participação e cidadania e um espaço de inovação e de mobilização de novas atividades (Babo e Guerra 2005).

Ao se tomar por princípios básicos aqueles traçados em Quebec em 1984 e ter como premissa a ideia do *museu integral*, é cada vez mais evidente o processo de transição que já vinha acontecendo nos museus, o qual trazia para a cena da museologia internacional o conceito “museologia social”, ou seja, a transição para um museu mais aberto às sociedades humanas e às relações com o real (Scheiner 2012; Soares e Scheiner 2009).

António de Sousa Pedrosa

Doutorado em Geografia Física pela Universidade do Porto (UP), professor associado com agregação do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da UP; professor visitante do exterior no programa de pós-graduação de Geografia da Universidade Federal da Uberlândia (UFU), Brasil. Bolsista CAPES.

Para citar este artículo, utilice el título completo así:

Pedrosa, António de Sousa. 2014. “Os ecomuseus como elementos estruturantes de espaços culturais e dinamizadores de estratégias de turismo local”. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía* 23 (2): 203-219.



Excepto que se establezca de otra forma, el contenido de este artículo cuenta con una licencia Creative Commons “reconocimiento, no comercial y sin obras derivadas”

Colombia 2.5, que puede consultarse en <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5/co/>

Referências

- Alcantara, Leonardo Cintra 2007. “Trilhas interpretativas da natureza”. Monografia de Especialização em Turismo e Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, Brasil.
- Alves, Teresa. 2001. “Paisagem: em busca do lugar perdido”. *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia* 36 (72): 67-74.
- Babo, Elisa e Paula Guerra. 2005. “As relações paradigmáticas entre património e desenvolvimento: o caso do Ecomuseu do Barroso”. <http://repositoriooberto.up.pt/bitstream/10216/53702/2/paulaguerrarelaes000119967.pdf> (consultado em setembro 2012).
- Barbuy, Heloisa. 1995a. “A exposição universal de 1889: visão e representação na sociedade industrial”. Tese de mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, Brasil.
- Barbuy, Heloisa. 1995b. “A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise”. *Anais do Museu Paulista* 3:209-236.
- Bellaigue, Mathide. 1989. “Georges Henri Rivière et la genèse de l'écumusee de la Communauté Le Creusot-Montceau-Mines”. Em *La muséologie selon Georges Henri Riviere*, 164-165. Paris: Bordas/Dunod.
- Bellaigue, Mathide. 1993. “Uma nova visão do passado”. *Memória* 5 (19): 74-77.
- Benko, Georges. 2000. “Estrategias de comunicación y marketing urbano”. *EURE (Santiago): Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales* 26 (79): 67-76.
- Bérard, Laurence e Philippe Marchenay. 2004. *Les produits de terroir: entre culture et règlements*. Paris: CNRS.
- Câmara Municipal de Boticas. s. d. “Notícias”. <http://www.cm-boticas.pt/> (consultado em outubro 2011).
- Chagas, Mário. 2000. “Memória e poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus”. *Anais do II Encontro internacional de ecomuseus: comunidade, património e desenvolvimento sustentável e IX ICOFOM-LAM: museologia e desenvolvimento sustentável na América Latina e Caribe*, 12-17. 17 a 20 de maio. Rio de Janeiro: ICOFOM-LAM. http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/00.pdf (consultado em setembro 2012).
- Cidrais, Álvaro. 1998. “O marketing territorial aplicado às cidades médias portuguesas: os casos de Évora e de Portalegre”. Tese de mestrado em Geografia, Universidade de Lisboa, Portugal.
- Correia, Ricardo e Carlos Brito. 2009. “Uma abordagem relacional ao desenvolvimento dos Territórios”. Atas do *II Congreso Lusófono de Ciencia Regional, I Congreso de Ciencia Regional de Cabo Verde, XV Congreso de la Asociación Portuguesa de Desarrollo Regional e III Congreso de Gestión y Conservación de la Naturaleza*, 2403-2413. 6 a 11 de julho. Praia: Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2011/21A.pdf> (consultado em setembro 2012).
- Criado Boado, Felipe. 1999. “Del terreno al espacio: planteamientos y perspectivas para la arqueología del paisaje”. *Cadernos de Arqueología e Patrimonio (CAPA)* 6:1-28.
- Dias, Jorge. 1993. “Aspectos da vida pastoril em Portugal”. *Estudos de Antropologia* 2: 271-315. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- Dias Baptista, José. 2006. *Montalegre*. Montalegre: ON, CCDRN, União Europeia FEDER, Ecomuseu.
- Domingues, Álvaro. 2001. “A paisagem revisitada”. *Finisterra* 36 (72): 55-66.
- Ecomuseu de Barroso. s. d. “Ecomuseu de Barroso”. <http://www.ecomuseu.org> (consultado em outubro 2011).
- Ellis, Frank. 2000. *Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries*. Oxford: Oxford University Press.
- Filho, Ari da Silva. 2008. “Turismo e cultura: uma proposta de roteiro turístico para a estância de São Pedro (SP)”. *Revista Eletrônica de Turismo Cultural* 2 (1): 1-20. <http://www.eca.usp.br/turismocultural/retco1.htm>.
- Fonseca, Fernando Pereira da. 2006. “O planeamento estratégico em busca de potenciar o território: O caso de Almeida”. Tese de mestrado em Engenharia Municipal, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Fontes, António Lourenço. 1992. “Crenças e tradições de Barroso”. Vol. 1 de *Etnografia Transmontana*. Lisboa: Domingos Barreira.
- Gonçalves, José Reginaldo Santos. 2005. “Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimónios”. *Horizontes Antropológicos* 11 (23): 15-36.
- Gonçalves, José Reginaldo Santos. 2007. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimónios*. Rio de Janeiro: Minc, Iphan, Demu.
- Gonçalves, Paula Alexandra Couto. 2008. “O sagrado no imaginário barrosão. E em padre António Lourenço Fontes: estudo etnolinguístico”. Tese de mestrado em Ensino da Língua e da Literatura Portuguesas, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal.
- González, Xosé. 2001. *Planeamento estratégico e mercadotecnia territorial*. Vigo: Universidade de Vigo.
- Hein, Hilde. 2000. *The Museum in Transition: A Philosophical Perspective*. Washington: Smithsonian Institution Press.
- Hubert, François. 1985. “Les écomusées em France: contradictions et déviations”. *Museum* 37 (4): 186-190.
- Jorge, Vítor Oliveira. 2005. “Património, neurose contemporânea? Alguns apontamentos sobre o papel da memória

- colectiva na Idade da Fragmentação”. Em *Conservar para quê?*, coordenado por Vítor Oliveira Jorge, 13-25. Anais da VIII Mesa Redonda de Primavera, 26 e 27 de março de 2004. Porto: Universidade do Porto.
- Junta de Freguesia de Solveira. s. d. “Historial”. <http://solveira.pt/portal/freguesia/historia.php> (consultado em outubro 2011).
- Kastenholz, Elisabeth. 2008. “Dinamizar e valorizar territórios rurais por intermédio do Marketing”. *Pessoas e Lugares: Jornal de animação da Rede Portuguesa Leader+* 53:3.
- Kotler, Philip, Donald Haider e Irving Rein. 1992. *Marketing Places: Attracting Investment, Industry, and Tourism to Cities, States, and Nations*. New York: Simon & Schuster.
- Mairesse, François, Lynn Maranda e Ann Davies, dir. 2007. *Defining the Museum*. Mariemont: ICOFOM.
- Mancini, Lorena Angélica. 2007. “Turismo cultural: proposta de roteiro interpretativo para o município de São Francisco do Sul (SC)”. Tese de mestrado em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Balneário Camboriú.
- Martins, Maria Terezinha Resende. 2005. “Ações dos ecomuseus para a proteção ambiental: o caso Ecomuseu do Cerrado”. Tese de mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental, Universidade Católica de Brasília, Brasil.
- Martins, Nuno e Cláudia Costa. 2009. “Património, paisagens culturais, turismo, lazer e desenvolvimento sustentável: parques temáticos vs parques patrimoniais”. *Exedra: Turismo e Património*, 51-76.
- Mattos, Yára. 2006. “Ecomuseu, desenvolvimento social e turismo”. *Jornal Quarteirão* 6-7.
- Mattos, Yára. 2007. “Museus e o sentido universal do património”. *Revista Museu* 18:1-3. <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=12758> (consultado em setembro 2012).
- Mattos, Yára. 2011. “Memória, comunidade, identidade”. *Revista Museu* 18:1-3. <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=28654> (consultado em setembro 2012).
- Moreira, Marcina Amália Nunes. 2010. “Turismo e interpretação da paisagem em fazendas, caminhos e aglomerados rurais: roteiros de Alto do Rio Doce-MG”. Tese de mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.
- Nora, Pierre. 1984. “Entre mémoire et histoire: La problématique des lieux”. Em *Les lieux de mémoire*, vol. 1 de *La République*, editado por Pierre Nora, 15-42. Paris: Gallimard.
- Oliveira, Edinete Pinheiro de. 2009. “Concepção e implantação do Ecomuseu da Amazônia: o estudo de suas possibilidades a partir do Distrito de Icoaraci (Paracuri e Orla)”. Tese de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, Universidade da Amazônia, Belém, Brasil.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 1972. *Memórias da XVII Conferência geral da Organização das Nações Unidas para a educação ciência e cultura: protecção do património mundial, cultural e natural*, 17 de outubro a 21 de novembro. Paris. ONU. <http://whc.unesco.org/archive/conventionpt.pdf> (consultado em setembro 2012).
- Panizza, Mario. 2001. “Geomorphosites: Concepts, Methods and Examples of Geomorphological Survey”. *Chinese Science Bulletin* 46:4-6. DOI: 10.1007/BF03187227.
- Panizza, Mario e Sandra Piacente. 1993. “Geomorphological Assets Evaluation”. *Zeitschrift fur Geomorphologie Suppl. Bd.* 87:13-18.
- Panizza, Mario e Sandra Piacente. 2008. “Geomorphosites and Geotourism”. *Revista Geográfica Acadêmica* 2 (1): 5-9.
- Pedrosa, António e Andreia Pereira. 2008. “A geografia e as novas estratégias de desenvolvimento de territórios periféricos”. *Revista geografia: ensino e pesquisa*, eixo 2, 12 (1): 151-178. Anais do V Seminário Latino-Americano e I Ibero-Americano de Geografia Física: aproximando experiências para a sustentabilidade de um ambiente globalizado, 12 a 17 de maio. Santa Maria: Comitê Latino-americano de Geografia Física.
- Pedrosa, António e Andreia Pereira. 2009a. “Synergies Between the Cultural Landscape and the Development of ‘Alto Barroso’ Region: Linking Multifunctional Farming, Traditional Products and Tourism Offer”. *Eucland Project Conference: European Culture Expressed in Agricultural Landscape*, 22 a 23 de setembro. Cambridge: Universidade de Cambridge.
- Pedrosa, António e Andreia Pereira. 2009b. “Touring cultural e paisagístico no Alto Barroso: uma proposta integradora de patrimónios pela compreensão holística do território”. Atas do II Jornadas Internacionais de turismo: dinâmicas de rede no turismo cultural e religioso, 5 a 7 de novembro. Maia e Ponte de Lima: CEDTUR. <http://www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/default.aspx?module=Files/FileDescription&ID=6225&V=1> (consultado em setembro 2012).
- Pedrosa, António e Andreia Pereira. 2012. “A paisagem cultural como linha de concepção de uma rota turística: o exemplo do Alto Barroso - Norte de Portugal”. *Revista Geonorte* 2 (4): 46-59.
- Pedrosa, António e Tulio Barbosa. 2012. “O ecomuseu como elemento estratégico para o desenvolvimento local-regional e agente definidor de geoestratégias de sustentabilidade dos territórios”. Atas do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária: territórios em disputa; os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento

- brasileiro, Eixo 9 - Comunidades, Povos Tradicionais e Sustentabilidade, 15 a 19 de outubro. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia.
- Pereira, Andreia. 2012. "Será o património geomorfológico uma inusitada âncora do touring cultural e paisagístico? Proposta de valorização turística das relações subjacentes à paisagem construída". Atas do IX Colóquio Ibérico de Estudos Rurais (IX CIER): (I) Mobilidades e (Des)Envolvimentos; o Rural Desafiado, 27 a 28 de julho. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos (CEG), Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER), Asociación Española de Economía Agraria (AEEA).
- Pereira, Andreia e António Pedrosa. 2007. "Paisagem cultural das montanhas do Noroeste de Portugal: um ciclo de construção, desestruturação e reconversão". *Territorium* 14:45-61.
- Pereira, Andreia e António Pedrosa. 2010. "Alto Barroso Region: Placing Cultural Landscape at the Core of the Sense of Place and at the Centre of the Economic Strategy". Trabalho apresentado na II Moravian Conference on Rural Research: EURORURAL '10; European Countryside under Globalization, agosto 30 a setembro 3. Brno: Mendel University Brno, Faculty of Agronomy, Department of Applied and Landscape Ecology.
- Pereira, Andreia, Madalena Silva e Ricardo Pereira. 2008. "Serra d'Arga: a marca como vector de desenvolvimento". Atas do VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais (VII CIER): cultura, inovação e território, 23 a 25 de outubro. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER), Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC). <http://www.pluridoc.com/Site/Office/default.aspx?module=Files/FileDescription&ID=2795&state=FD> (consultado em setembro 2012).
- Pereiro, Xerardo. 2006. "Património cultural: o casamento entre património e cultura". *ADRA: Revista dos sócios do Museu do Povo Galego* 2:23-41.
- Pérez, Xerardo Pereiro. 2009. "Turismo cultural: uma visão antropológica". *PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural* 2. <http://www.pasosonline.org/coleccion/pasos-edita/108-numero-2-turismo-cultural>.
- Pinto-Correia, Teresa. 2004. "A multifuncionalidade da paisagem rural: Que desafio para o futuro?". *Pessoas e Lugares: Jornal de animação da rede portuguesa LEADER+* 2 (16): 8. <http://www.idrha.pt/pl/jornalpl16.pdf> (consultado em abril 2007).
- Pitões das Júnias. s. d. "Dados Gerais". <http://www.pitoes-dasjunias.com/dados-gerais.html> (consultado em outubro de 2011).
- Polanah, Luís António. 1992. "A propósito do comunitarismo na serra do Gerês". *Série Cadernos Culturais* 2:57-66.
- Reynard, Emmanuel. 2005. "Géomorphosites et paysages". *Géomorphologie: relief, processus, environnement* 3:181-188. <http://geomorphologie.revues.org/index338.html> (consultado em setembro 2012).
- Reynard, Emmanuel. 2008. "Scientific Research and Tourist Promotion of Geomorphological Heritage". *Geogr. Fis. Dinam. Quat.* 31:225-230. <http://www.glaciologia.it/wp-content/uploads/Abstracts/Abstract312/18Reynard225230abst.pdf> (consultado em setembro 2012).
- Ribeiro, Maria Manuela. 1997. *Estratégias de reprodução socio-económica das unidades familiares camponesas, em regiões de montanha Barroso (1940-1990): um estudo de Sociologia em que as mulheres também contam*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Ribeiro, Maria Manuela. 2002. "Turismo e desenvolvimento de regiões desfavorecidas: o caso de Trás-os-Montes e Alto Douro - Portugal". *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Económicas* 21 (1): 91-100.
- Rodríguez Becerra, Salvador. 1997. "Patrimonio cultural, patrimonio antropológico y museos de antropología". *Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico* 5 (21): 42-52.
- Saladino, Alejandra. 2010. "Arqueologia patrimonializada e desenvolvimento social: perspectivas no Brasil e em Portugal". *Museologia e Património* 2 (2): 38-45.
- Salgueiro, Teresa Barata. 2001. "Paisagem e geografia". *Finisterra* 36 (72): 37-53.
- Santos, Maria Célia Teixeira Moura. 1996. "Processo museológico e educação: construindo um museu didático-comunitário". Em *Cadernos de Sociomuseologia* 7. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.
- Santos, Myriam Sepúlveda dos. 2005. "Os conflitos entre natureza e cultura na implementação do Ecomuseu Ilha Grande". *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* 12:381-400.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos. coord. 2005. *O panorama museológico em Portugal, 2000-2003*. Lisboa: Instituto Português de Museus (IPM), Rede Portuguesa de Museus (RPM), Observatório das Actividades Culturais (OAC).
- Santos, Norberto, Fernanda Gravidão e Lucio Cunha. 2010. "Natureza, paisagens culturais e os produtos turísticos associados ao território". Atas del IV Congreso Latino-americano de Investigación Turística, 22 a 24 de setembro. Montevideo: Universidade da República do Uruguai, Universidade Nacional de Mar del Plata, Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação (Uruguai), Universidade Austral do Chile, Centro de

- Pesquisas de Estudos Turísticos da Argentina, Sociedade de Pesquisadores em Turismo do Chile.
- Saut, François. 2001. *Écomusées et musées de société au service Du développement local, utopie ou réalité? Collection Jeunes auteurs* 3. Lempdes: Centre National de Ressources du Tourisme en Espace Rural.
- Scheiner, Tereza Cristina. 2012. “Repensando o museu integral: do conceito às práticas”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas* 7 (1): 15-30.
- Soares, Bruno Brulon e Tereza Cristina Scheiner. 2009. “A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios ‘comuns’: um ensaio sobre a casa”. Anais do X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (X ENANCIB), 25 a 28 de outubro. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB).
- Stoffle, Richard. 2000. “Cultural Heritage and Resources”. Em *Social Impact Analysis: An Applied Anthropology Manual*, editado por Lawrence R. Goldman, 191-132. Oxford: Berg.
- Taborda, Vergílio. [1932] 2011. *Alto Trás-os-Montes: estudo geográfico*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Teixeira, David José Varela. 2005. “O Ecomuseu de Barroso: a nova museologia ao serviço do desenvolvimento local”. Tese de mestrado em Património e Turismo, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Vecco, Marilena. 2007. *L'evoluzione del concetto di patrimonio culturale*. Milán: Franco Angeli.

Bibliografia

- Barrosanis. 2009. “Touring Cultural e Paisagístico”. <http://barrosanis.blogs.sapo.pt/9814.html>. (consultado em outubro 2011).
- Barroso Notícias. s. d. “Link de blogs de Barroso”. <http://www.padrefontes.com/destaque.asp?codigo=191> (consultado em outubro 2011).
- Câmara Municipal de Montalegre. s. d. “Notícias”. <http://www.cm-montalegre.pt/> (consultado em outubro 2011).
- CEAO (Centro de Estudos Ataíde Oliveira). s. d. “Narratives collected on Montalegre”. <http://www.lendarium.org/place/?council=9> (consultado em outubro 2011).
- DGDR (Direção-geral do Desenvolvimento Regional). s. d. Informação Geral. <http://www.qca.pt/acessivel/dgdr/default.asp> (consultado em outubro 2011).
- Governo de Portugal - Ministério da Agricultura e do Mar. s. d. *Gabinete de Planeamento e políticas*. <http://www.gpp.pt> (consultado em outubro 2011).
- Máxima Rotas & Destinos. s. d. “Floresta mágica”. <http://www.rotas.xl.pt/0203/a02-00-00.shtml> (consultado em outubro 2011).
- “Minha terra minha gente”. s. d. Em *Aldeia de Gralhas*. <http://aldeia-de-gralhas.webnode.pt/> (consultado em outubro 2011).
- Ribeiro, Fernando. 2008. “Por terras de Barroso”. *Flickr*, fotografia. <http://www.flickr.com/photos/fer-ribeiro/3069162969/#/> (consultado em outubro 2011).
- V. A. 2008. “Lendas de Montalegre e Barroso”. Em *Montalegre e Terras de Barroso*. <http://terrasdebarroso.blogspot.com.br/2008/06/lendas-de-montalegre-e-barroso.html> (consultado em outubro de 2011).